

Superior Tribunal de Justiça

PETIÇÃO Nº 13.004 - RS (2019/0284895-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

REQUERENTE : GISELE LUANA LEVANDOSKI

**ADVOGADOS : MARIA PATRÍCIA VANZOLINI FIGUEIREDO -
SP199925**

ALFREDO PORCER - SP252508

ALEXIS AUGUSTO COUTO DE BRITO - SP233251

EMERSON DE MELLO SOARES - SP434388

**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**

DECISÃO

GISELE LUANA LEVANDOSKI pede, por seus advogados, tutela provisória, para conceder **efeito suspensivo a recurso especial inadmitido**, interposto contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** (Apelação Criminal n. 70078991346).

Consta dos autos que a insurgente foi condenada a **4 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, por incursão no art. 171, caput, do Código Penal, por 69 vezes**. A Corte estadual negou provimento ao apelo defensivo.

Em seguida, a defesa interpôs recurso especial, inadmitido na origem, o que ensejou a interposição de agravo, ainda pendente de processamento pelo Tribunal *a quo*.

Nestes autos, a requerente aponta grande chance de êxito do REsp inadmitido e o "risco de dano irreparável [...], já que os efeitos do acórdão do Tribunal Estadual importam em restrição da liberdade" (fl. 7). Afirma que a tese jurídica deduzida no reclamo "cinge-se a debater os parâmetros de valoração das circunstâncias judiciais e portanto, de fixação da pena-base" (fl. 8).

A parte explica que "na primeira fase da dosimetria, a pena base para o crime de estelionato foi aumentada no triplo, motivada a exasperação da reprimenda em razão da presença de três circunstâncias judiciais desfavoráveis, quais sejam, culpabilidade, circunstâncias e consequências do crime" (fl. 4). Todavia, cita que a jurisprudência do STJ "tem adotado o entendimento de que a exasperação da pena-base, pela

Superior Tribunal de Justiça

existência de circunstâncias judiciais negativas, deve seguir o parâmetro da fração de 1/6 para cada fator desfavorável" (fl. 9).

No pior dos cenários, defende que a pena definitiva seria fixada em 3 anos e 9 meses de reclusão. Afirma que o *periculum in mora*, está justificado "frente a possibilidade de encarceramento "da sentenciada"(fl. 16).

Postula a concessão de **efeito suspensivo ao reclamo especial inadmitido**, até o julgamento ao AREsp por este Superior Tribunal.

Decido.

Recebo o requerimento de fls. 3-17 como pedido tutela provisória. **Passo a analisar o pedido.**

Preliminarmente, releva salientar que a concessão de eficácia suspensiva ao recurso especial, para legitimar-se, pressupõe: a) existência de juízo positivo de admissibilidade, proferida pelo Presidente do Tribunal de origem; b) viabilidade processual do recurso especial; c) plausibilidade jurídica do direito invocado e d) *periculum in mora*.

Nessa diretriz, a lição do Supremo Tribunal Federal:

A concessão de eficácia suspensiva ao apelo extremo, para legitimar-se, supõe a conjugação necessária dos seguintes requisitos: (a) que tenha sido instaurada a jurisdição cautelar do Supremo Tribunal Federal (existência de juízo positivo de admissibilidade do recurso extraordinário, consubstanciado em decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de origem), (b) que o recurso extraordinário interposto possua viabilidade processual, caracterizada, dentre outras, pelas notas da tempestividade, do prequestionamento explícito da matéria constitucional e da ocorrência de ofensa direta e imediata ao texto da Constituição, (c) que a postulação de direito material deduzida pela parte recorrente tenha plausibilidade jurídica e (d) que se demonstre, objetivamente, a ocorrência de situação configuradora do *periculum in mora*. Precedentes.

(Pet. n. 1859 (Agrg), Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, DJ de 28/4/2000, p. 090).

O caso dos autos, ao menos em um juízo de cognição

Superior Tribunal de Justiça

sumária, não identifico a probabilidade de êxito do recurso especial e o *periculum in mora*.

O Juízo de primeiro grau assim realizou a dosimetria na primeira fase:

(1) Começando pela ré **GISELE**, verifico que a acusada possui **culpabilidade em grau máximo, uma vez que, na qualidade de encarregada do setor de prepostos do grupo empresarial, passou a cometer as fraudes antes mencionadas, traindo, portanto, a confiança nela depositada e, também, agindo de forma completamente desnecessária, pois estava bem empregada e era remunerada, obviamente, por suas funções**. O dolo da ré foi bastante intenso, pois, por diversas vezes, falsificou documentos públicos para fundamentar as comunicações internas firmadas, agregando a elas aparência de regularidade. Não registra antecedentes criminais. Conduta social abonada. Não existem elementos que permitam definir sua personalidade. Os motivos foram, certamente, a obtenção de ganho patrimonial, o que, no entanto, já é próprio do tipo penal. **Circunstâncias extremamente negativas, pois montou um verdadeiro esquema fraudulento, agindo, ainda, em concurso de agentes, uma vez que congregou outras pessoas para receberem os valores em seu nome; outrossim, percebe-se que GISELE era a principal agente do grupo, pois todo o desvio de valores dependia dela, podendo ser considerada, desse modo, a mentora intelectual dos fatos e líder do grupo. Consequências, igualmente, graves, gerando um prejuízo aproximado de dois milhões de reais ao grupo empresarial.**

A par dessa avaliação, entendo que **a pena-base para cada um dos delitos de estelionato cometidos pela ré deve ser afastada do mínimo legal, fixando-as em 03 (três) anos de reclusão**, considerando, para tanto, a análise extremamente negativa da culpabilidade, circunstâncias e consequências dos delitos.

A ré confessou sua participação nos fatos, razão pela qual diminuo a pena em 06 (seis) meses.

Por fim, aumento a pena em 2/3 (dois terços), tomando em conta o número de ilícitos (69), e torno a sanção definitiva em 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, em regime inicial semi-aberto (fls. 132-133, grifei).

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça manteve a análise empreendida na sentença.

É sabido que "A revisão da dosimetria da pena somente é possível em situações excepcionais de manifesta ilegalidade ou abuso de poder, cujo reconhecimento ocorra de plano, sem maiores incursões em aspectos circunstanciais ou fáticos e probatórios (HC n. 304083/PR, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, DJe 12/03/2015)" (**HC n. 445.958/ES**, Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, 5ª T., DJe 29/06/2018).

Para **análise da proporcionalidade**, tem-se que "a exasperação relacionada a cada circunstância judicial poderá, entre outros critérios, ser calculada com base no **termo médio entre o mínimo e o máximo da pena cominada em abstrato ao crime, dividido pelo número de circunstâncias judiciais do art. 59 do CP**" (AgRg no AREsp n. **785.834/SP**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 10/8/2017).

Ainda: "Quanto ao critério numérico de aumento para cada circunstância judicial negativa, insta consignar que "A análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal não atribui pesos absolutos para cada uma delas a ponto de ensejar uma operação aritmética dentro das penas máximas e mínimas cominadas ao delito. Assim, é possível que "o magistrado fixe a pena-base no máximo legal, ainda que tenha valorado tão somente uma circunstância judicial, desde que haja fundamentação idônea e bastante para tanto." (AgRg no REsp 143071/AM, Sexta Turma, Relª. Minª. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 6/5/2015)" (**AgInt no HC n. 451.423/SC**, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 1º/8/2018).

Na hipótese, a pena prevista para o crime de estelionato é de 1 a 5 anos de reclusão. Levando-se em consideração o termo médio entre o mínimo e o máximo da reprimenda (5 anos - 1 ano = 4 anos), dividido pelo número de circunstâncias judiciais do art. 59 do CP (8), chega-se a, aproximadamente 6 meses de reclusão para cada vetorial negativa (no caso, 3 circunstâncias judiciais foram consideradas negativas pelas instâncias de origem e não foram impugnadas pela defesa). A conta, cumpre salientar, não é aritmética e nem limita o magistrado, mas revela que **a exasperação da pena-base em 2 anos de reclusão, em decorrência de 3 vetoriais negativas, não foi manifestamente desproporcional, não cumprindo ao STJ corrigir opções judiciais que não destoem do razoável**, decorrentes

Superior Tribunal de Justiça

da discricionariiedade (quanto ao conteúdo) vinculada (quanto ao procedimento e aos limites legais) do juiz natural da causa.

Assim, ao menos por hora, não se verifica nenhum perigo de aguardar o processamento e eventual julgamento do AREsp.

Ademais, ressalto, que, em 9/4/2019, o Supremo Tribunal Federal, deferiu a medida liminar nos autos do HC n. 169.727 para suspender a execução da pena imposta à ora requerente, até o julgamento do *writ* lá impetrado. O feito aguarda o voto-vista de um dos membros do órgão colegiado.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** este pedido de tutela provisória, por analogia ao disposto no art. 210 do RISTJ.

Publique-se e intinem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**